

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT20.035

# A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E SUA RELAÇÃO COM A PERMANÊNCIA E ÊXITO DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DOS INSTITUTOS FEDERAIS: A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA (2019-2023)

Lydjane Lopes de Souza Pessoa<sup>1</sup>  
Andreza Maria de Lima<sup>2</sup>

## RESUMO

A Política de Assistência Estudantil (PAE) tem como finalidade garantir a permanência dos estudantes nas instituições de ensino, visando minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais, reduzir os indicadores de retenção e evasão escolar, além de contribuir para melhoria do desempenho acadêmico dos discentes. Neste artigo, analisamos a produção científica da Pós-graduação brasileira sobre a Política de Assistência Estudantil e sua relação com a permanência e êxito dos estudantes do Ensino Médio Integrado dos Institutos Federais (IFs) no período de 2019 a 2023. O estudo é de natureza qualitativa, do tipo “Estado do Conhecimento”. Para a coleta dos trabalhos, consultamos o Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Observatório do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT). Localizamos nove trabalhos, que foram lidos na íntegra. Para a análise, utilizamos a Técnica de Análise de Conteúdo Categrorial Temática. As pesquisas apontaram que a Assistência Estudantil contribui de forma positiva para

1 Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT), [lydjane4@gmail.com](mailto:lydjane4@gmail.com);

2 Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora do Ensino Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE). Atua na Licenciatura em Química do campus Vitória de Santo Antão. É professora permanente do ProfEPT, no Campus Olinda, [andreza.lima@pesqueira.ifpe.edu.br](mailto:andreza.lima@pesqueira.ifpe.edu.br);

a permanência e êxito escolar dos estudantes. No entanto, a PAE não consegue atender a toda a demanda de estudantes que necessitam dos auxílios e dos programas, pois possui limites e fragilidades devido a questões de ordem orçamentária. Ressaltamos a importância de novas pesquisas considerando o recorte temporal que foi realizado neste estudo.

**Palavras-chave:** Política de Assistência Estudantil, Ensino Médio Integrado, Educação Profissional e Tecnológica, Permanência e êxito, Estado do Conhecimento.

## INTRODUÇÃO

A Política de Assistência Estudantil (PAE) tem como finalidade garantir a permanência dos estudantes nas instituições de ensino, visando minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais, reduzir os indicadores de retenção e evasão escolar, além de contribuir para melhoria do desempenho acadêmico dos discentes.

No Brasil, a permanência escolar está presente nos princípios da educação nacional tanto na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), quanto na Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que dispõe, em seu art. 3º, que o ensino será ministrado com base na “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (Brasil, 1996).

Em um país de extremas desigualdades sociais como o Brasil, falar em “igualdade de condições para o acesso e permanência” é ressaltar a importância das políticas públicas voltadas à assistência aos estudantes, principalmente aos que vivem em situação de vulnerabilidade social e, muitas vezes, não conseguem concluir seu percurso escolar.

A pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), em 2022, mostra que o abandono escolar se acentua a partir dos 15 anos de idade. Segundo os dados, 9,5 milhões de jovens, entre 15 e 29 anos, abandonaram a escola sem concluir o Ensino Médio. O principal motivo para o abandono escolar, apontado por 40,2% dos jovens participantes da pesquisa, foi a necessidade de trabalhar (IBGE, PNAD, 2023). Nesse sentido,

considerando-se a contingência de milhares de jovens que necessitam, o mais cedo possível, buscar um emprego ou atuar em diferentes formas de atividades econômicas que gerem sua subsistência, parece pertinente que se faculte aos mesmos a realização de um ensino médio que, ao mesmo tempo em que preserva sua qualidade de educação básica como direito social e subjetivo, possa situá-los mais especificamente em uma área técnica ou tecnológica (Frigotto, 2012, p.77).

Nessa perspectiva, considerando a realidade socioeconômica e educacional brasileira, que faz com que muitos jovens das classes populares necessitem trabalhar antes de completar os 18 anos, uma alternativa posta para esses jovens é uma formação que integre o Ensino Médio à Educação Profissional (Moura, 2014).

Integrar assume um “sentido de completude, de compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso, de tratar a educação como uma totalidade social, isto é, nas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos” (Ciavatta, 2012, p.84). No contexto da formação integrada ou do Ensino Médio Integrado, Ciavatta (2012, p. 84) afirma que o objetivo é o de que “a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos”.

Com a instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT) e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, através da Lei nº 11.892/2008 (Brasil, 2008), a oferta do Ensino Médio

Integrado à Educação Profissional compõe uma das finalidades dos Institutos Federais (Brasil, 2008). Segundo Pacheco (2020, p. 7), os Institutos Federais têm como objetivos

atuar na formação inicial, no ensino médio integrado a formação profissional, na graduação, preferencialmente, tecnológica e na pós-graduação. Entretanto, estas diferentes modalidades têm de dialogar entre si, procurando estabelecer itinerários formativos possibilitando reduzir as barreiras entre níveis e modalidades, que dificultam a continuidade da formação dos educandos especialmente os oriundos das classes trabalhadoras e excluídos. Preconizam a atuação junto aos territórios e populações com vulnerabilidade social objetivando integrá-las à cidadania e aos processos de desenvolvimento com inclusão.

Os Institutos Federais são espaços de extrema importância no que tange a oferta de uma formação integral e de qualidade aos jovens oriundos da classe trabalhadora. No entanto, faz-se necessário criar condições para garantir o acesso, a permanência e o êxito destes jovens nessas instituições. É preciso formular políticas públicas educacionais que contribuam para a efetivação do direito à educação garantido constitucionalmente. É neste contexto que a PAE surge como uma alternativa de apoio aos estudantes que pertencem às classes populares e que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A Assistência Estudantil (AE) no Brasil teve sua origem no bojo da Educação Superior com práticas pontuais, de caráter emergencial e assistencialista. Em geral, a AE se desenvolvia através de ações voltadas para moradia, alimentação e ajuda aos estudantes.

A primeira prática voltada para assistência ao estudante no Brasil ocorreu em 1928, durante o governo de Washington Luís, que foi a construção da Casa do Estudante Brasileiro localizada em Paris. Logo, a Assistência Estudantil (AE) surgiu no Brasil para atender aos filhos das elites brasileiras, uma vez que era essa classe social que tinha acesso ao ensino superior neste período histórico (Kowalski, 2012).

Outra ação voltada para a Assistência Estudantil foi a criação da Casa do Estudante do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, em meados da década de 30 durante o governo de Getúlio Vargas. A casa possuía três andares e tinha um restaurante popular que atendia a estudantes “carentes” (Kowalski, 2012). Ainda no Governo Vargas, a Assistência Estudantil passou a integrar a Constituição Federal de 1934 como parte do projeto proposto para a Educação, no qual previa, em seu artigo 157, “a doação de fundos aos estudantes necessitados, através do fornecimento de material escolar, bolsa de estudo, assistência alimentar, dentária e médica” (Kowalski, 2012, p. 87).

Em 1987, foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), que ficaria incumbido de “discutir, elaborar e propor ao MEC a política de Promoção e Apoio ao Estudante” (FONAPRACE, 2012, p.15). No mesmo período, ocorreram mobilizações do movimento estudantil, de profissionais da educação e do FONAPRACE em defesa da construção de uma política nacional de assistência estudantil que garantisse aos estudantes o acesso, a permanência e a conclusão nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) (Miranda, 2022).

No decorrer da década de 1990 e início do ano de 2000, o FONAPRACE realizou estudos com os estudantes das instituições de ensino superior com o intuito de identificar o perfil e as demandas desses discentes por políticas de inclusão social. Estas pesquisas mostraram a necessidade da formulação de uma política de assistência estudantil que garantisse a permanência dos estudantes nas IFES (Taufick, 2014). No entanto, apenas em dezembro de 2007, a PAE foi constituída através da Portaria Normativa nº 39 do Ministério da Educação (Brasil, 2007), e em seguida foi regulamentada através do Decreto nº 7.234/2010 (Brasil, 2010), que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes).

O Pnaes tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens nas universidades públicas federais e tem como objetivos: democratizar as condições de permanência dos jovens nas IFES; reduzir os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão dos estudantes no

ensino superior; diminuir os índices de retenção e evasão, além de contribuir para a inclusão social através da educação (Brasil, 2010).

Em seu artigo 4º, o Pnaes dispõe que as ações de assistência estudantil deverão abranger também “os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente” (Brasil, 2010).

Nesse sentido, este artigo, recorte de uma pesquisa maior, tem como objetivo analisar a produção acadêmica da Pós-Graduação brasileira sobre a Assistência Estudantil a sua relação com a permanência e êxito dos estudantes do Ensino Médio Integrado e dos Institutos Federais (IFs) no período de 2019 a 2023. Estudos desse tipo, denominados de *Estado do Conhecimento*, permitem mapear e analisar o que está sendo produzido sobre determinada temática. Dessa forma, possibilitam “uma visão ampla e atual dos movimentos da pesquisa ligados ao objeto da investigação [...]”. É, portanto, um estudo basilar para futuros passos dentro da pesquisa pretendida” (Morosini; Fernandes, 2014, p. 158).

Consideramos que esta pesquisa é relevante, pois poderá contribuir para identificar o que vem sendo produzido sobre a temática da Assistência Estudantil no âmbito do Ensino Médio Integrado.

## METODOLOGIA

O estudo é de natureza qualitativa, de caráter exploratório e bibliográfico do tipo *Estado do Conhecimento*, conforme já indicado. Estudos deste tipo buscam “identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo” (Morosini; Fernandes, 2014, p. 155).

Para o levantamento dos trabalhos, realizado em junho de 2024, utilizamos o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Observatório do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT) considerando o período de 2019 a 2023. As associações de palavras utilizadas foram: “assistência estudantil” e “Ensino Médio Integrado”; “assistência estudantil” e “permanência e êxito”; e “assistência estudantil” e “EPT”. A seleção dos trabalhos foi realizada a partir da leitura dos títulos, resumos e palavras-chaves.

Após o levantamento dos trabalhos, utilizamos a Técnica de Análise de Conteúdo Categórica Temática, de Bardin (2016), para realizar a análise dos trabalhos selecionados. A Análise de Conteúdo é constituída por três fases: 1) a pré-análise: responsável pela organização do material que será analisado; 2) a exploração do material: é realizada a codificação dos dados; e 3) o tratamento dos resultados, inferência e interpretação: os dados brutos são tratados de maneira que obtenham sentido e validade (Bardin, 2016).

Inicialmente, na fase da pré-análise, fizemos a leitura dos trabalhos na íntegra e mapeamos, em cada um, o objetivo geral, o referencial teórico, a metodologia, os resultados obtidos e o Produto Educacional (PE), no caso dos estudos desenvolvidos em Programas Profissionais. Na segunda fase, na exploração do material, organizamos os trabalhos em categorias considerando os aspectos comuns que eles revelaram. Na terceira e última fase, o tratamento dos resultados, realizamos a interpretação dos resultados encontrados nas pesquisas.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

No levantamento realizado, encontramos nove dissertações com o enfoque na temática definida neste estudo. Dessas, oito foram desenvolvidas no âmbito do mestrado profissional do ProfEPT e uma no mestrado profissional do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

A partir da análise dos trabalhos, emergiram duas categorias temáticas: 1) “A Política de Assistência Estudantil e sua relação com a permanência e o êxito escolar no Ensino Médio Integrado dos IFs: percepções dos estudantes” e 2) “A Política de Assistência Estudantil e sua relação com a permanência e o êxito no Ensino Médio Integrado dos IFs: Ações e Programas”.

A primeira categoria, que trata das percepções dos estudantes sobre a Política de Assistência Estudantil, reúne seis trabalhos: Miranda (2022), Silva (2021), Maia (2023), Lopes (2021), Oliveira (2022) e Bettoni (2021).

A pesquisa de Miranda (2022) teve como objetivo analisar as percepções dos jovens do Ensino Médio Integrado, beneficiários da PAE, sobre a contribuição da Política para a sua permanência e êxito escolar no contexto do Instituto Federal do Piauí (IFPI)/Campus Floriano. Foi uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo descritiva. Quanto aos instrumentos de coleta de dados, foi utilizado o questionário com perguntas abertas e fechadas, aplicado a 17 estu-



dantes do 4º ano do Ensino Médio Integrado através da ferramenta *Google Forms*. Também foi realizada pesquisa documental nas legislações e normativas que norteiam a Educação e a Assistência Estudantil. Para a análise, foi utilizada a Técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (2016).

Quanto aos resultados, Miranda (2022) identificou que a maioria dos estudantes entende a PAE como uma política de responsabilidade do Estado e não como benesse ou assistencialismo. E quanto ao contributo da política na permanência e êxito escolar, mais de 80% dos estudantes participantes da pesquisa afirmaram que a PAE contribuiu plenamente para a sua permanência e melhoria no rendimento escolar. Dessa forma, o autor conclui que a PAE cumpre com o seu objetivo de contribuir na permanência e êxito do estudante em seu percurso escolar.

O Produto Educacional desenvolvido no estudo de Miranda (2022) foi a produção de um documentário que teve como objetivo dar voz aos estudantes sobre os contributos da PAE na permanência e êxito escolar e sensibilizar a comunidade estudantil para a defesa dessa política, que se apresenta como um mecanismo de inclusão social e democratização da educação.

Silva (2021) teve como objetivo geral analisar a percepção dos estudantes sobre o papel da PAE do Instituto Federal de Sergipe (IFS) / *Campus São Cristóvão* no tocante à permanência e ao êxito. A pesquisa de Silva (2021) se caracteriza como um estudo de caso com abordagem qualiquantitativa, com caráter exploratório e descritivo. As técnicas utilizadas para a coleta de dados foram o questionário e a entrevista semiestruturada. Os participantes da pesquisa foram estudantes do Ensino Médio Integrado que estavam cursando o terceiro ano dos cursos de Agropecuária, Agroindústria e Manutenção e Suporte em Informática. Para a análise, foi utilizada a Técnica de Análise de Conteúdo de Bardin.

No tocante aos resultados, Silva (2021) aponta que apenas 53% dos participantes da pesquisa afirmaram conhecer a PAE, enquanto 47% pontuaram que não conhecem a Política. Verificou-se que uma parcela considerável dos estudantes que utilizavam os serviços e ações da PAE não tinha conhecimento acerca da Política. Dessa forma, os dados apontaram para a necessidade de melhorar a forma de comunicação e divulgação dos programas, ações e serviços da PAE junto aos estudantes. Apesar de quase metade dos estudantes afirmarem desconhecer a Política, quando questionados sobre se a PAE contribui para a sua permanência na Instituição, 87% dos estudantes responderam que sim, reafirmando a relevância das ações e serviços da Política.



Por fim, Silva (2021) conclui que se faz necessário a construção de espaços de escuta aos estudantes como uma forma de obter um retorno sobre as ações e serviços que estão sendo desenvolvidos para eles. Ressalta que a presença dos estudantes nos espaços de diálogo com a equipe multiprofissional que atua na PAE é fundamental para a construção de uma política democrática, justa e igualitária.

Como Produto Educacional, Silva (2021) elaborou um Guia com roteiros propostos para organização de oficinas temáticas sobre a Assistência Estudantil. O objetivo das oficinas é de estimular o debate acerca da Assistência Estudantil na trajetória educacional do estudante, considerando as suas contribuições e limites, ampliando o conhecimento sobre a PAE, que não se restringe apenas à concessão de auxílio financeiro e bolsas.

Maia (2023) desenvolveu seu estudo no Instituto Federal do Amazonas (IFAM) no *campus* Tefé, que teve como objetivo geral compreender a percepção dos discentes quanto ao Programa Socioassistencial Estudantil (PSES) e sua contribuição na formação humana integral, sobretudo na permanência e êxito no período da pandemia (COVID-19). A pesquisa de Maia (2023) foi um estudo de caso, teve caráter descritivo e exploratório com abordagem qualitativa. Utilizou como instrumentos para coleta de dados: pesquisa bibliográfica e documental, entrevista, questionário e diário de campo. Para a análise dos dados, foi utilizada a Análise Textual Discursiva (ATD) de acordo com Moraes e Galiuzzi (2011; 2016).

Os resultados apontaram que os estudantes participantes da pesquisa entendem, de forma unânime, a PAE como um direito. Quanto à concepção do PSES do IFAM, compreendem que é uma política pública voltada a atender os discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e com o intuito de contribuir para a permanência e êxito escolar. Os estudantes também pontuaram que o PSES possui falhas. Um dos exemplos citados foi a falta de apoio no momento da inscrição para requerer os benefícios do PSES, pois a dificuldade em entender parte dos editais acaba dificultando o acesso aos serviços e benefícios do PSES do IFAM. E, finalizando, os estudantes ressaltaram que o PSES contribui para a permanência e êxito escolar, mas que os recursos e benefícios são limitados e insuficientes.

Na conclusão de seu estudo, Maia (2023) pontuou a importância da Assistência Estudantil e sua contribuição para a permanência e êxito escolar dos estudantes, ressaltando as dificuldades enfrentadas e vivenciadas por eles no período pandêmico (momento em que a pesquisa estava sendo desenvol-

vida). No entanto, reafirma a fala dos estudantes em apontar a falta de recursos e a insuficiência dos benefícios diante da desigualdade social e econômica dos discentes.

O Produto Educacional derivado da pesquisa de Maia (2023) foi o “Guia de Apoio ao discente: Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM”. O referido guia teve como objetivo apresentar, aos estudantes do IFAM, as informações e orientações acerca do passo a passo para o acesso e adesão ao PSES do IFAM.

A pesquisa de Lopes (2021) buscou analisar como o acesso aos programas, serviços e ações da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal do Piauí (POLAE) contribuía para a qualidade da permanência dos estudantes na instituição. A pesquisa foi de natureza aplicada, com objetivo exploratório e de abordagem qualiquantitativa. Foi realizada pesquisa bibliográfica sobre as temáticas da Educação, EPT, Políticas Públicas, Permanência Escolar e Assistência Estudantil. Foi feita também pesquisa documental nas legislações que norteiam a Educação e a Assistência Estudantil, além de pesquisa de campo com aplicação de questionário para coleta de dados. Os participantes da pesquisa foram os estudantes do segundo período do Ensino Médio Integrado, do subsequente/concomitante e da graduação do IFPI/*Campus* Parnaíba. Para a análise dos dados, foi utilizada a Técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (2016).

Lopes (2021) evidenciou que é predominante entre os estudantes a concepção da POLAE como um conjunto de programas, ações e serviços que tem como finalidade incentivar a permanência e o sucesso escolar dos estudantes do IFPI. No entanto, é significativa a quantidade de estudantes que compreendem a POLAE como uma política voltada apenas para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Dessa forma, não entendem que a Política de Assistência Estudantil do IFPI é direcionada a todos os estudantes matriculados nos cursos regulares da instituição. O autor pontua que essa visão da POLAE de ser acessível apenas para estudantes em situação de pobreza é correspondente ao histórico da assistência estudantil no país, marcada por ações pontuais, focalizadas e direcionadas à população pobre.

No entanto, como conclui Lopes (2021), devido a limitada disponibilidade de recursos, as ações da Assistência Estudantil, principalmente as de auxílios pecuniários, não atendem a toda demanda de estudantes que necessitam da POLAE, pois os estudantes precisam passar por um processo seletivo, em que poucos são atendidos em detrimento da enorme demanda. Mas, apesar disto, o autor aponta que a POLAE, através de seus programas, ações e serviços, é um

instrumento de permanência e de formação do ser humano ao possibilitar ao estudante o atendimento de demandas no âmbito social, econômico, cultural e desportivo.

Como Produto Educacional, Lopes (2021) produziu um Guia, disponibilizado em formato de *site*, com o intuito de divulgar a Política de Assistência Estudantil do IFPI. O pesquisador justificou que identificou a ausência de um instrumento de divulgação da POLAE que atendesse aos interesses da comunidade acadêmica.

O estudo de Oliveira (2022) buscou analisar como a Assistência Estudantil contribui para o acesso, permanência e êxito dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) vinculado ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), com vistas a potencializar suas ações de inclusão. A pesquisa foi de abordagem qualitativa e se caracteriza como um estudo de caso. Os instrumentos e técnicas utilizadas para a produção dos dados foram a análise documental e bibliográfica, entrevista e questionário. Os participantes da pesquisa foram os estudantes do PROEJA que estavam cursando o último ano dos cursos técnicos integrados no ano de 2020, os coordenadores do PROEJA e integrantes da Comissão de Gestão da Política de Assistência Estudantil (CGPAE). Os dados foram analisados através da técnica de Análise de Conteúdo.

Em relação aos resultados, o estudo apontou que os estudantes participantes têm pouco conhecimento sobre a PAE e não conhecem todos os programas ofertados pela Assistência Estudantil, o que mostra a necessidade de uma maior divulgação da Política no *campus*. Também ficou evidente que algumas ações não são reconhecidas pelos estudantes como sendo pertencentes à PAE, o que reforça a visão de que a Política só desenvolve ações voltadas ao repasse de recursos financeiros. Entre os principais fatores que dificultam o acesso dos estudantes à Assistência Estudantil, estão a limitação orçamentária e a dificuldade de acesso à informação e à internet.

Oliveira (2022) concluiu que, apesar dos obstáculos enfrentados na execução da PAE no *campus* Vitória, ficou constatado que a Política contribui para o acesso, a permanência e o êxito escolar dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O Produto Educacional derivado do estudo de Oliveira (2022) foi um *podcast*, o “AE-Cast: O Podcast da Política de Assistência Estudantil”, que teve como

objetivo contribuir para ampliação da comunicação da PAE, facilitando o acesso dos estudantes às ações da Política.

Bettoni (2021) teve como objetivo geral investigar a percepção do estudante da educação profissional técnica de nível médio do Instituto Federal Catarinense (IFC) - *Campus Videira*, contemplado pelo PNAES, quanto à contribuição do programa no ano de 2019 para a sua permanência e êxito. Quanto aos aspectos metodológicos, trata-se de um estudo de caso de abordagem quali-quantitativa. Quanto aos objetivos, caracteriza-se como uma pesquisa exploratória e descritiva. Foi realizada pesquisa bibliográfica e documental. Para a primeira, foram utilizados livros e artigos, enquanto que, para a segunda, foram analisados documentos institucionais, dados escolares, sítios governamentais e legislações sobre a temática do estudo.

Conforme a percepção dos estudantes participantes da pesquisa, a PAE contribuiu de maneira significativa para a sua permanência e êxito escolar na instituição. A maioria dos discentes afirmaram que não desistiriam do curso, caso perdessem o auxílio da Assistência Estudantil, mas teriam dificuldade em continuar os estudos. Dessa forma, Bettoni (2021) concluiu que os estudantes percebem a importância das ações e programas da PAE para a sua permanência e êxito acadêmico.

O Produto Educacional derivado do estudo de Bettoni (2021) foi um Guia informativo com o objetivo de contribuir na divulgação de informações e prestar orientações a respeito do Programa de Auxílio Estudantil direcionado aos estudantes do IFC.

A segunda categoria, composta por trabalhos que analisaram Ações e Programas da Política de Assistência Estudantil, engloba três trabalhos: Góis (2020), Diniz (2019) e Rocha (2021).

A pesquisa de Góis (2020) buscou averiguar os impactos das ações do Programa de Assistência e Apoio ao Estudante (PAAE) no combate à evasão e o consequente estímulo à permanência dos estudantes matriculados nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal da Bahia (IFBA)/*Campus Porto Seguro*, no período de 2015 a 2018.

Quanto aos procedimentos metodológicos, Góis (2020) realizou um estudo de caso, com abordagem quali-quantitativa e observação participativa. Foi realizada pesquisa documental em arquivos oficiais e documentos disponibilizados pela Coordenação de Registros Escolares e pelo setor de Serviço Social do IFBA/*Campus Porto Seguro*. Também foi feita pesquisa bibliográfica,

para nortear teoricamente o estudo. Como instrumento para coleta de dados, foi utilizada a entrevista semiestruturada. As entrevistas foram realizadas com profissionais do setor pedagógico multidisciplinar, que são responsáveis pela execução das ações da Assistência Estudantil: dois pedagogos, duas assistentes de alunos e uma assistente social.

Os resultados da pesquisa documental apontaram que a PAE do Instituto Federal da Bahia/*Campus* Porto Seguro contribui no intuito de amenizar os índices de abandono escolar, pois a taxa de evasão dos alunos não atendidos pela política era superior à dos que eram beneficiários da Assistência Estudantil. Dessa forma, Góis (2020) afirma que a permanência escolar está relacionada com a Assistência Estudantil, uma vez que as ações desta Política se mostram como uma ferramenta de combate à evasão escolar. Não obstante, pontua que a permanência escolar não está atrelada exclusivamente a questões de ordem financeira, pois há outros motivos para que o estudante abandone o curso.

A autora concluiu que, apesar dos resultados da pesquisa reafirmarem a importância da PAE para a permanência escolar, os recursos destinados à execução do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) têm sido insuficientes para suprir a demanda dos estudantes que necessitam dos auxílios. Com isso, as ações e programas da Assistência Estudantil têm assumido cada vez mais um caráter seletivo e focalizado.

O Produto Educacional derivado do estudo de Góis (2020) foi um *software* de acompanhamento pedagógico cujo objetivo era o de identificar os estudantes que estavam com dificuldades acadêmicas e agir de forma preventiva, através das ações desenvolvidas pelo setor pedagógico, evitando a evasão escolar.

O estudo de Diniz (2019) teve como objetivo geral avaliar a eficácia do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS) - Benefício Permanente no tocante à melhoria do desempenho acadêmico e redução da evasão e reprovação escolar decorrentes da insuficiência de condições financeiras e agravantes sociais dos estudantes matriculados nos cursos técnicos de nível médio na forma integrada.

A pesquisa foi de abordagem quantitativa. Diniz (2019) realizou pesquisa documental, bibliográfica e de campo. Na pesquisa documental, foram utilizados relatórios e editais, legislações, folhas de pagamentos de estudantes beneficiários da assistência estudantil, entre outros. A autora afirmou que a pesquisa de campo foi realizada em um período de quinze dias, onde foi observado *in loco*



a estrutura e funcionamento do *Campus* Parnaíba, além dos principais problemas enfrentados pelos estudantes. A análise dos dados foi norteada a partir do referencial teórico e com o auxílio do *software* de planilha eletrônica Excel 2010.

O estudo constatou que o PAEVS - Benefício Permanente garante a permanência e o êxito escolar, pois os estudantes beneficiários apresentam desempenho acadêmico satisfatório. Sobre a evasão, a pesquisa apontou que ela ocorre devido a questões subjetivas, e, dessa forma, não seria um objeto de intervenção do PAEVS, pois, segundo a autora, este programa é voltado para os estudantes que poderiam evadir por questões de ordem socioeconômicas.

Diniz (2019) ressalta as fragilidades e limites da PAE, que não consegue suprir toda a demanda dos estudantes da instituição. Dessa forma, afirma que o PAEVS se constitui numa tentativa institucional de garantir a permanência dos estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Por fim, a pesquisadora relata que os dados obtidos não foram suficientes para responder todas as questões que surgiram ao longo da pesquisa e sugere que sejam realizados outros estudos, preferencialmente com a abordagem qualitativa, focando na percepção dos estudantes.

Apesar de ter sido desenvolvida em um Programa de Pós-graduação Profissional, o estudo de Diniz (2019) não faz menção a elaboração de Produto Educacional.

Por fim, o estudo de Rocha (2021) objetivou analisar as ações desenvolvidas pela PAE, com foco no Benefício Permanente, para os estudantes do Ensino Médio Integrado ao Curso Técnico de Contabilidade, entre 2016 e 2018.

A pesquisa foi de abordagem qualitativa e quanto aos objetivos foi descritiva e explicativa. A autora informou que realizou pesquisa bibliográfica contemplando os principais autores que tratam da temática proposta no estudo e pesquisa documental nos documentos que tratam da PAE do IFPI, nos questionários socioeconômicos preenchidos pelos alunos bolsistas e nos relatórios produzidos pelos profissionais do Serviço Social sobre o desenvolvimento das ações da Assistência Estudantil. Rocha (2021) indicou que utilizou a entrevista de história de vida como principal instrumento de coleta de dados. Os participantes da pesquisa foram cinco alunos egressos do curso Técnico Integrado ao Médio em Contabilidade, que receberam o Benefício Permanente no período de 2016 a 2018, no *Campus* Teresina Central.

O estudo concluiu que o Benefício Permanente se mostrou como um importante mecanismo de acesso, permanência e sucesso acadêmico para os



alunos bolsistas, pois proporciona aos estudantes condições de manutenção no curso através da aquisição de materiais acadêmicos e custeio de despesas com transporte, entre outras. No entanto, Rocha (2021) afirma que um grande desafio posto é a limitação orçamentária que faz com que muitos estudantes que necessitam do benefício não sejam contemplados. Por fim, a autora pontua que, apesar do benefício não promover uma mudança substancial na realidade imediata dos estudantes beneficiados, auxilia no acesso a uma educação de qualidade que poderá levá-los a mudanças nas situações de vulnerabilidade social num futuro breve.

O Produto Educacional desenvolvido por Rocha (2021) foi uma História em Quadrinhos (HQ) sobre a Assistência Estudantil do IFPI com enfoque voltado para as ações e programas desenvolvidos no *Campus Teresina Central*. A HQ, intitulada “A Assistência Estudantil na perspectiva de Direitos”, teve como objetivo a divulgação de todas as ações e programas ofertados pela PAE do IFPI com o intuito de promover e facilitar o acesso dos estudantes aos benefícios.

De um modo geral, as pesquisas tiveram, como referenciais teóricos, autores ligados à EPT e a Assistência Estudantil. No âmbito da EPT, destacamos os autores: Moura (2007), Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012), Saviani (2007), Frigotto (2012), Ramos (2008), Kuenzer (2006), Ciavatta (2014), Moura (2013). Já no que tange a Assistência Estudantil, ressaltamos autores como: Kowalski (2012), Macedo (2018), Vasconcelos (2010 e 2012) e Imperatori (2017).

Em relação aos aspectos metodológicos, foram predominantes as abordagens quali-quantitativa e qualitativa, que estiveram presentes em oito pesquisas, quatro de cada abordagem, e teve um trabalho que optou pela abordagem quantitativa. A técnica de coleta de dados mais utilizada foi o questionário, seguido de entrevista. Os participantes das pesquisas foram, predominantemente, os estudantes do Ensino Médio Integrado. A técnica mais utilizada para realizar as análises dos dados foi a Análise de Conteúdo.

Os resultados das pesquisas, em sua maioria, confirmaram que a PAE contribui de forma positiva para a permanência e êxito escolar dos estudantes. Dessa forma, o objetivo proposto no PNAES, de democratizar a permanência dos jovens, vem se consolidando através das políticas de assistência estudantil nas instituições.

Um ponto que foi observado nos estudos foi a visão reducionista que os estudantes possuem sobre a PAE, compreendida como uma Política direcionada apenas aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que

se resume a ações de repasse de recursos financeiros. No entanto, a Política é composta por vários serviços e ações, alguns possuem critérios de renda e outros são universais.

Contudo, os estudos apontaram que a PAE não consegue atender a toda a demanda de estudantes que necessitam dos auxílios e dos programas, pois ela possui limites e fragilidades devido a questões de ordem orçamentária.

Observamos que a maioria das pesquisas desenvolvidas em Programas Profissionais desenvolveu Guias como Produto Educacional com o intuito de divulgar as ações e programas da Assistência Estudantil, bem como prestar informações acerca da política. Dessa forma, dos nove estudos realizados no âmbito de Mestrados Profissionais: quatro elaboraram Guias, um produziu um Documentário, um desenvolveu um *Software*, um elaborou um *Podcast*, um criou uma História em Quadrinhos e um não citou nenhum Produto Educacional em sua pesquisa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, analisamos a produção acadêmica da Pós-graduação brasileira sobre a Assistência Estudantil e sua relação com a permanência e êxito dos estudantes do Ensino Médio Integrado dos IFs no período de 2019 a 2023. Os trabalhos localizados, em sua maioria, tratam das percepções dos estudantes sobre a Política de Assistência Estudantil. Os resultados apresentados nos trabalhos reforçam a importância da PAE para o acesso, a permanência e o êxito escolar dos estudantes nos Institutos Federais.

As pesquisas confirmaram que a PAE cumpre com o objetivo proposto de contribuir para a permanência escolar dos estudantes. No entanto, ressaltam que a PAE não consegue atender a toda demanda de estudantes que dela necessitam, pois possui fragilidades e limites devido a questões de ordem orçamentária.

Os Produtos Educacionais produzidos objetivaram, comumente, contribuir para divulgação das ações e programas da Assistência Estudantil nos Institutos Federais, facilitando o acesso dos estudantes aos benefícios ofertados pela PAE.

Por fim, ressaltamos que esta pesquisa do *Estado do Conhecimento* deu visibilidade às produções científicas que trataram da temática da Assistência Estudantil no âmbito do Ensino Médio Integrado. Como afirma Miranda (2022), existem lacunas nas referências bibliográficas que tratam da Assistência Estudantil na EPT, pois a maioria dos estudos se concentram no bojo das universidades.

Ademais, pontuamos a importância da realização de novas pesquisas considerando o recorte temporal que foi realizado neste estudo.

## REFERÊNCIAS

BETTONI, Vanessa. **O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES):** um estudo de caso no Instituto Federal Catarinense Campus Videira. 2021. 150. Dissertação (Mestrado) - Instituto Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 01 de março de 2024.

BRASIL. **Portaria nº 39, de 12 de dezembro de 2007.** Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria\\_pnaes.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf). Acesso em: 07 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm). Acesso em: 01 de março de 2024.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm). Acesso em: 07 dez. 2023.

ClAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, G.; ClAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). **Ensino Médio Integrado: Concepção e contradições.** 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

DINIZ, Karolina Nogueira Mendonça. **Políticas públicas na educação:** análise dos resultados do PNAES para a permanência e êxito do estudante em vulnerabilidade social do IFPI – Campus Parnaíba. 2019, 94 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Teresina, 2019.

FONAPRACE. FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **Revista Comemorativa: 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares.** Minas Gerais: UFU – PROEX, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação omnilateral. In: CALDART, Roseli. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

GÓIS, Luana Santana. **A repercussão do Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes na evasão escolar do Instituto Federal da Bahia - Campus Porto Seguro.** 2020, 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal da Bahia, Salvador, 2020.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua:** educação - 2022. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102002>. Acesso em: 22 fev. 2024.

LOPES, Shirley Raquel Frazão. **Assistência estudantil como instrumento de permanência na EPT:** um guia para imersão na Política de Assistência Estudantil do IFPI (POLAE). 2021, 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal do Piauí, Parnaíba, 2021.

KOWALSKI . Aline Viero. **Os (des) caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos.** Tese de doutoramento. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul/ Faculdade de Serviço Social/ Programa de Pós-Graduação em Serviço Social Doutorado em Serviço Social. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5137/1/000438212-Texto%2bCompleto-0.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2023.

MAIA, Francisco Ripardo. **O programa socioassistencial estudantil no Instituto Federal do Amazonas /Campus Tefé:** percepção dos discentes. 2023, 188 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Manaus, 2023.

MIRANDA, Jaqueline Lopes de Sousa. **Assistência estudantil e seu papel na permanência e êxito escolar:** percepções dos estudantes do ensino médio integrado. 2022. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e

Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2022.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 154–164, 2014. DOI: 10.15448/2179-8435.2014.2.18875. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/poescrito/article/view/18875>. Acesso em: 18 set. 2024.

MOURA, Dante Henrique. Trabalho e formação docente na educação profissional. 1ª ed. **Coleção Formação Pedagógica**. Volume III. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <<http://portal.ifrn.edu.br/pesquisa/editora/livros-para-download/trabalho-e-formacao-docente-na-educacao-profissional-dante-moura>>. Acesso em 13 de janeiro de 2024.

OLIVEIRA, Alessandro Zardini de. **Política de Assistência Estudantil do Ifes:** ações inclusivas para o acesso, permanência e êxito dos(as) estudantes do Proeja. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Vitória, 2022.

OLIVEIRA, Jaqueline Dutra de. **CAE NA REDE: CONSTRUINDO UM APLICATIVO PARA OS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal Farroupilha – Jaguarí. 2020.

PACHECO, E. DESVENDANDO OS INSTITUTOS FEDERAIS: IDENTIDADE E OBJETIVOS. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 4-22, 2020. DOI: 10.36524/profept.v4i1.575. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/575>. Acesso em: 6 mar. 2024.

ROCHA, Virginia do Nascimento Barbosa da. **Os desafios e as possibilidades da Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Teresina Central:** relatos de vivência. 2021, 115 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Campus São Luís/Monte Castelo, 2021.

SILVA, Emmanuelle Moreira Santos. **Assistência Estudantil no Instituto Federal de Sergipe, campus São Cristóvão:** da Política à sua implantação na percepção dos estudantes. 2021, 150 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Aracaju, 2021.

TAUFICK, A. L. de O. L. Análise da Política de Assistência Estudantil dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S. l.], v. 30, n. 1, 2014. DOI: 10.21573/vol30n12014.50020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpaee/article/view/50020>. Acesso em: 05 dez. 2023.